

Caos do transporte público prejudica os usuários

Welher Souza



A situação chegou ao limite. Poucos ônibus, velhos e mal conservados; vans irregulares aos montes; piratas barbarizando pela cidade; moto-táxis e carros particulares em total desrespeito ao Código Nacional de Trânsito. Quem paga a conta, como sempre, é o cidadão, principalmente o que depende do transporte público, que tem hora para trabalhar e que, cansado, volta pra casa do jeito que pode.

Essa situação vem se agravando com o passar dos anos e o GDF não toma nenhuma medida. Ao contrário, cede às pressões dos empresários e do auto-intitulado sistema alternativo de transportes, que têm até mesmo um *lobby* na Câmara Legislativa defendendo seus interesses.

PÁGINAS 4 E 5



Mobilização leva governo a estudar conversão da dívida para a educação

PÁGINA 8



Professoras gestantes vão à luta e dão exemplo

PÁGINA 7

Reforma sindical: Argumentos contra e a favor estão na

• PÁGINA 3

Entrevista: Justiça reintegra professor demitido injustamente

• PÁGINA 6

Conferência de Educação será no início de julho

O Sindicato dos Professores está organizando a IV Conferência de Educação – Ajudando a construir caminhos – que será realizada no dia 1, 2 e 3 de julho, na Contag. O objetivo dos debates será o de iniciar o processo de construção do Plano Distrital de Educação. Serão discutidos temas

diretamente ligados à questão da gestão e do financiamento e da democratização no interior da escola. Esperamos contar com um a dois professores de cada escola, escolhidos pelos próprios companheiros de trabalho. Brevemente daremos mais informações sobre o evento.

Editorial

Apesar do caos, persiste a luta dos trabalhadores

Um verdadeiro caos se instalou no trânsito de Brasília. Um caos promovido pela inépcia do GDF que até hoje não apresentou um Plano Diretor de Transportes para a capital do país.

Com isso, ganham os piratas das vans e das lotações – carros particulares sem a menor condição que levam passageiros sem segurança e contrariando o Código Nacional de Trânsito. Ganham também os maus empresários, que não investem na renovação da frota de ônibus, permitindo a circulação de carros poluentes, sujos, sem condições de proporcionar um transporte digno para os passageiros. Estes são os grandes prejudicados. Pagam pela segunda tarifa mais cara do país para enfrentar filas imensas, rodar

no desconforto, muitas vezes em pé, em carros lotados. Sofrem ainda os rodoviários, trabalhadores que se empenham no atendimento aos usuários, mas que sofrem a violência dos assaltos, dos assassinatos, da falta de condições de trabalho.

E o que temos de resposta? Nada. O GDF está prometendo para o final do ano um Plano Diretor de Transportes. Bem, das promessas do GDF os professores entendem como poucos. São promessas não cumpridas, palavras empenhadas que nada valem, acordos e mais acordos feitos bilateralmente, mas apenas cumpridos na íntegra pela nossa categoria.

Se o transporte está um caos, o que podemos dizer da saúde. O ex-

cretário de Saúde do GDF é acusado de beneficiar parentes na aplicação de verbas públicas. Faltam medicamentos para que mais precisa e menos recursos têm para comprá-los. Há poucos dias um aposentado morreu na grade do posto de saúde por falta de atendimento. É a barbárie.

A educação também sofre na mão deste governo. Vimos dezenas de milhares de estudantes terem suas aulas prejudicadas por falta de professores, de salas de aula, de material didático. Qual a solução do GDF? Mais uma vez recorrer às contratações temporárias, para não investir no principal: a ampliação do quadro de professores, mais do que necessária.

Apesar da realidade claramente contrária, ainda resta força e dignidade nos trabalhadores organizados e na população em geral para lutar por uma Brasília melhor. Os rodoviários estão em campanha salarial exigindo seus direitos. Nós, professores, continuamos na pressão pelo plano de saúde pago pelo governo e por um projeto habitacional, entre outros.

Na Câmara foi instalada uma CPI que está apurando possíveis irregularidades nas últimas gestões da Secretaria de Educação.

O caos existe, mas também existe e sempre vai existir a nossa disposição de luta, bem como a de todos os trabalhadores, para fazer de Brasília um lugar ainda melhor para todos nós.

Artigo

Marcha Nacional pela Reforma Agrária: o Povo de Deus em marcha

Milhares de pessoas, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, todos juntos numa grande caminhada. Para que? Para dizer ao governo e à sociedade que a Reforma Agrária é uma necessidade, tem que ser feita, não se pode mais protelar sua concretização. Para mostrar a todos e todas que a concentração da terra, através dos latifúndios, tem que acabar. E que o agronegócio é predador dos bens naturais, poluidor do meio-ambiente e causador do êxodo rural, com o consequente aumento do desemprego. Por onde o agronegócio passa, fica um rastro cada vez mais profundo de violência contra os trabalhadores e de violação dos direitos humanos.

Enquanto os pés caminham, já cansados de uma longa jornada, cheia de tropeços, a mente e o coração vão se abrindo, entendendo as causas que provocam tanto sofrimento para os pequenos.

Assim os olhos começam a vislumbrar no horizonte uma nova terra de partilha e de fartura, onde há lugar para todos, onde todos conseguem com alegria o pão de cada dia, e

onde o cansaço se transforma em alegria.

Esta marcha também vai deixar um rastro bem marcado e profundo na história do povo brasileiro. É o rastro da dignidade daqueles que, mesmo tendo sido excluídos do banquete preparado para todos, não se deixam abater e lutam para conquistar o espaço que é seu e do qual foram aliados. É o rastro da fé de quem sabe que esta luta vai construindo uma nova terra.

Esta marcha me faz lembrar daquela outra grande marcha registrada no livro sagrado, a Bíblia. O Povo de Deus que conseguiu se libertar da escravidão do Faraó, no Egito, depois de ter atravessado o mar Vermelho, se põe em marcha para a conquista da terra Prometida. Foram 40 longos anos de caminhada pelo deserto, sufrendo sede e fome. Enfrentando desavenças internas. Sendo tentado a buscar e cultivar outros deuses que lhe prometessem respostas mais fáceis e lhe oferecessem soluções sem ter que enfrentar as dificuldades. Mesmo no meio de situações tão adversas, o povo continuou caminhando. Nesta longa caminhada é que foi se for-

jando a identidade e a unidade deste povo que assim conseguiu juntar energias para ao final conquistar uma terra, a terra que o Senhor lhes prometera. Uma terra onde corre leite e mel.

A caminhada que esta multidão faz hoje de Goiânia para Brasília quer conquistar também a terra. E vai tomar de assalto o poder central que teima em manter intactas as estruturas arcaicas e injustas sobre as quais se alicerçou a sociedade brasileira; que mantêm os privilégios, muitas vezes espúrios de uns poucos, em detrimento da grande maioria do povo; que prefere empregar os recursos do povo para pagar juros de uma dívida que não se sabe ao certo como se formou, em vez de direcioná-los para atender as necessidades elementares dos cidadãos.

Os marchantes, ao tomarem Brasília, querem acordar o presidente Lula, que mesmo tendo garantido ser a Reforma Agrária uma das prioridades de seu governo, não consegue dar passos concretos e significativos neste rumo. Querem sacudir o Congresso onde se aninham, não os defensores do povo, mas os

negociadores dos grupos poderosos e das elites, que mantêm e ampliam os privilégios sobre os quais se assentam até hoje. Querem tentar abrir os olhos do Judiciário, cuja cegueira é emblemática. Realmente é cego para ver as justas e legítimas reivindicações dos pequenos à terra, à alimentação, ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, mas enxerga com nitidez o “direito” dos poderosos, sobretudo o direito à propriedade sem reservas e sem limites. Essa massa humana vai ocupar o Planalto Central para mostrar a todos que existe, que está de pé, que não se acovarda diante dos percalços, e das rasteiras que os grandes lhe prepara.

Como o povo de Deus conquistou a Terra Prometida, este povo caminhante quer conquistar além da terra para trabalhar e produzir, a terra da consciência dos brasileiros e das brasileiras, para que se somem à luta pela conquista do direito de todos a uma vida digna.

Dom Tomás Balduino, bispo emérito da Cidade de Goiás e presidente da Comissão Pastoral da Terra

Cartas / e-mails

Brasília, 29 de março de 2005.

Caros companheiros da diretoria do Sinpro-DF,

É com muita alegria que comunico que, a partir desta data, estarei trabalhando na reconstrução da educação do Timor Leste, a serviço do MEC/CAPES, no programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa. Este programa faz parte de um acordo de cooperação internacional firmado pelo Brasil, cujo principal objetivo é colaborar com a autodeterminação do povo timorense, por meio da reconstrução da estrutura educacional e reintrodução da língua portuguesa nos currículos escolares.

De março de 2005 a fevereiro de 2006 estarei formando professores em educação matemática naquele país. Como devem saber, o Timor Leste é um país de história muito singular. Da colonização portuguesa, em 1515, ao início deste terceiro milênio, o povo timorense tem sofrido com ocupações, guerras civis e atrocidades como a de 1999, quando o governo indonésio promoveu um massacre da população. A situação socioeconômica daquele país irmão faz com que ele seja altamente dependente de ajuda internacional. Neste sentido, a ONU e outros organismos internacionais, desde a proclamação da independência em 2002, tem colaborado na reconstrução das estruturas políticas e sociais. O Brasil, presente desde então no solo timorense com uma força de paz do exército, está enviando 50 docentes que trabalharão na formação de professores e na construção de currículos escolares.

Dentre os mais de 17.000 inscritos no processo seletivo do programa, realizado pela CAD, fui a única professora da rede pública do DF que logrou êxito. Sinto-me orgulhosa, mas isso só aumenta a minha responsabilidade. Nessa missão internacional, espero po-

der representar bem a categoria profissional a que pertenço, sobretudo porque estarei contribuindo com a formação de um povo que deseje por mais de 420 anos se tornar independente e não mediu esforços para alcançar tal objetivo. O povo timorense é símbolo de cooperação internacional firmado pelo Brasil, cujo principal objetivo é colaborar com a autodeterminação do povo timorense, por meio da reconstrução da estrutura educacional e reintrodução da língua portuguesa nos currículos escolares.

A realidade educacional do Timor Leste é muito precária, mas isso só aumenta o meu desejo de colaborar nessa missão. Ao se retirar do país, os invasores indonésios promoveram uma destruição dos prédios públicos, inclusive as escolas. Neste momento, com a ajuda de organismos internacionais, o governo timorense busca reconstruir os prédios escolares, além de recuperar toda a estrutura de ensino. Não bastasse a precariedade da rede física, é alarmante a informação de que cerca de 25% das crianças ainda não frequentam a escola e o analfabetismo chega a 45% da população. Some-se a isso o fato de que um percentual muito grande de professores não tem formação adequada para atuar no nível que atua. Para completar, não há um currículo apropriado, os livros didáticos são inadequados e os índices de reprovação e evasão são altíssimos.

Apesar de tamanho desafio, sinto-me profundamente realizada. Por mais que a Secretaria de Estado de Educação insista que estou licenciada para tratar de interesses particulares, estarei trabalhando em prol de interesses e valores internacionais muito importantes, porque esta é uma missão de paz solidária, de amor e educação. Por isso orgulho-me de fazer parte dela.

Atenciosamente,
Erondina Barbosa da Silva

Endereços para correspondência:

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF.

A/C da Secretaria de Imprensa

Fax: 218-5631

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Sinpro-DF: sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF

Tel.: 218-5601 / Fax: 218-5607 (Organização), 218-5631 (Imprensa), 218-5619 (Jurídico)

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. Telfax: 562-4856 e 562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. Telfax: 556-9105

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valesca

Jornalistas: Afonso Costa e Junia Lara

Fotografia: Welber Souza - Diagramação: Wellington Braga

Impressão: Gráfica Plano Piloto - Tiragem: 32.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
Andréia Cristina Souza
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa A. Vale
Berenice Darc Jacinto
Carlos Antoneto de S. Lima
César Santos Ferreira
Cláudia de Oliveira Bullos
Cláudia M. Amaral de Souza
Cleber Ribeiro Soares
Denilson Bento da Costa
Francis F Fernandes
Francisco Barbosa

Francisco Joaquim Alves
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Ilson Veloso Bernardo
Isabel Portugal de S. Felipe
Izack Antônio de Oliveira
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto
José Raimundo S. Oliveira
Cleber Ribeiro Soares
Márcia Glória Moreira
Marco Aurélio G. Rodrigues
Márcia Augusta Ribeiro

Maria Bernadete D. da Silva
Maria José Correia Muniz
Misael dos Santos Barreto
Nazira Clotilde da Silva
Nelson Moreira Sobrinho
Raimundo Nonato Menezes
Rejane Guimarães Pitanga
Robson de Paiva Salazar
Rodrigo Pereira de Paula
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

A reforma sindical em debate na Câmara é boa para os trabalhadores?

Os diretores do Sindicato dos Professores Lisboa e Valesca expõem seus motivos a favor e contra o projeto de reforma sindical em tramitação no congresso e que terá reflexos na vida de todos os trabalhadores, nos sindicatos e também nas formas de organização e luta futuras

SI M Projeto avança em relação à estrutura atual

Antonio Lisboa*

A estrutura sindical vigente no Brasil data da era Vargas. Essa estrutura, copiada por Getúlio Vargas do modelo fascista da Itália de Mussolini, sustenta-se no tripé unicidade sindical (um único sindicato por base territorial e sindicato por categoria), imposto sindical (pago de forma compulsória por todos os trabalhadores, independente de serem sindicalizados ou não) e poder normativo da justiça do trabalho (dá à justiça do trabalho o direito de, além de interpretar as normas, criar normas trabalhistas).

A principal consequência desta estrutura é a existência de mais de 14 mil sindicatos espalhados pelo país, muitos deles, verdadeiros sindicatos de "cartório" (criados apenas para arrecadar o imposto sindical); existem

muitos sindicatos pelegos, cujos mandatos das diretorias duram até 12 anos, sem que a base tenha o direito de participar de assembleias gerais para deliberar sobre os rumos da categoria.

O desafio de mudar a estrutura sindical brasileira se confunde com o nascimento da Central Única dos Trabalhadores. A CUT nasceu para romper com o sindicalismo oficial e consolidar um sindicalismo democrático, classista, de luta, de massas e organizado pela base.

No caso dos servidores públicos, duas questões são fundamentais para garantir a manutenção de direitos e avançar em novas conquistas: a organização por local

de trabalho (OLT), com a eleição do delegado sindical de base; e a garantia de negociação coletiva no serviço público.

A proposta de reforma sindical enviada pelo governo ao Congresso Nacional, a partir das discussões feitas no Fórum Nacional do Trabalho, embora não contemple integralmente as propostas históricas da CUT, traz avanços importantes

O desafio de mudar a estrutura sindical brasileira nasceu junto com a CUT

rumo a uma nova forma de organização do sindicalismo brasileiro. Entre esses pontos, destacamos os seguintes: o direito à negociação coletiva para os servidores públicos (art. 2º e 222 do Projeto de Lei - PL); a regulamentação do direito de greve para os servidores pú-

blicos (art. 108 do PL); a garantia de representação por local de trabalho – nosso caso, do delegado sindical eleito em cada local de trabalho, com estabilidade (art. 64 e 223 do PL); o reconhecimento das centrais sindicais (art. 14 e 15 do PL); o fim gradual do Imposto sindical (art. 220 do PL); o fortalecimento da negociação coletiva (art. 93 a 99 do PL); a soberania das assembleias na aprovação dos acordos e contratos coletivos de trabalho (art. 100 do PL); a regulamentação da substituição processual – o sindicato poderá representar os sindicalizados na justiça sem a necessidade de procuração (art. 141 do PL); possibilidade de criação

de sindicatos por ramo de atividade – evitando a pulverização de diversos sindicatos de categorias – o

que fortalece a unidade e a luta dos trabalhadores (art. 18 do PL). E o fim da unicidade sindical, estabelecendo que os sindicatos já existentes poderão ter exclusividade de representação. Mas para isso terão que ser de luta e ter um mínimo de 20% dos trabalhadores sindicalizados. Senão os trabalhadores poderão fundar outro sindicato.

É necessário mobilizar os trabalhadores para enfrentar a oposição dos empresários e dos sindicalistas pelegos, que há décadas vivem encastela-

dos em entidades fantasmas às custas do imposto sindical. É necessário melhorar a proposta, especialmente no capítulo que trata do direito de greve.

Com relação à reforma trabalhista, que alguns confundem com a reforma sindical, devemos lutar, por um lado, pela ampliação de direitos e, por outro, remover o "entulho" do governo FHC, constituído pela terceirização, desregulamentação de direitos e flexibilização das relações de trabalho. Cabe lembrar que a proposta de reforma trabalhista enviada pelo governo FHC ao Congresso Nacional foi retirada e não há, pelo menos ainda, por enquanto, nenhuma outra proposta tratando do assunto.

*Diretor do Sinpro/DF

NÃO

Manter a unicidade e impedir os fantasmas

Valesca Leão*

O debate sobre a reforma sindical tem me levado a refletir sobre a relação entre trabalhadores e patrões. Dizer que as regras de organização sindical vigente são ultrapassadas é chover no molhado. O pior é percebermos que a proposta apresentada para a substituição da "velha" forma de organização privilegia as relações de mercado do mundo globalizado. As leis ficam em segundo plano, priorizando as negociações de acordos com os patrões e os supostos representantes dos trabalhadores, os direitos trabalhistas serão flexibilizados, atendendo as necessidades da economia neoliberal. É bizarro imaginarmos que os patrões agora são conciliadores e não visam o seu lucro. Será que os conceitos de trabalhador

e patrão mudaram? A mais-valia não mais existe? Já estamos em um outro modelo de sociedade? É lamentável que a reforma não tenha conseguido até agora avançar nos rumos que interessam aos trabalhadores.

As mudanças propostas na reforma são estruturantes, a sua aprovação causará rupturas em um modelo que foi construído e consolidado por um longo período e o que é sugerido como contraposição contribui para a desestabilização das organizações de base, os sindicatos.

Quando a PEC 369/2005 propõe o fim da unicidade sindical ela possibilita a existência de mais de uma

entidade sindical para representar uma mesma categoria numa mesma área geográfica, fazendo com que a disputa do movimento sindical perpassa pelo número de filiados e não pela luta por melhores direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores.

A PEC prevê o fim da unicidade sindical e possibilita mais de um sindicato por categoria

Há a previsão de existência de entidades derivadas, onde as centrais ou confederações podem criar entidades de base que tenham a sua representatividade e personalidade sindical garantida pelas mesmas, reacendendo a discussão da polêmica estrutura orgânica, concentrando quase que exclusivamente poderes nas mãos das centrais e confederações.

O que mais causa temor refere-se ao direito de greve. A Justiça do Trabalho passa a intervir de forma decisiva podendo

aplicar multa punitiva para as entidades sindicais. Fica mantida a proibição à paralisação nas chamadas atividades essenciais, permitindo que o empregador contrate outros trabalhadores para "garantir os serviços mínimos", o que legaliza a figura do fura-greve. Além disso, "a responsabilidade por atos ilícitos ou crimes cometido no curso da greve será apurada segundo a legislação trabalhista, civil e penal" (art. 119 - PEC 369/2005).

Em relação aos direitos de organização sindical, de greve e de negociação co-

letiva dos servidores públicos a lei é tão omissa quanto a vigente. A regulamentação desses direitos fica

mais uma vez para lei específica.

Acredito que o mais prudente a fazer é construir uma transição para uma outra reforma na organização sindical. Para isso é necessária a regulamentação do artigo oito da Constituição Federal, que dispõe sobre o sistema sindical brasileiro e a retirada da pauta do Congresso da PEC 369. Já existe o Projeto de Lei 4554/04 tramitando na Câmara Federal com esse teor, que foi apresentado pelo deputado Sérgio Miranda do PCdoB-MG. O projeto mantém a unicida-

de sindical e cria regulamentação para impedir a criação de representações fantasmas ou sem representatividade, mantém o atual sistema de contribuição sindical e estabelece um limite máximo de 1% ao mês para o desconto. Também reconhece legalmente as centrais, mas sem poder de negociação.

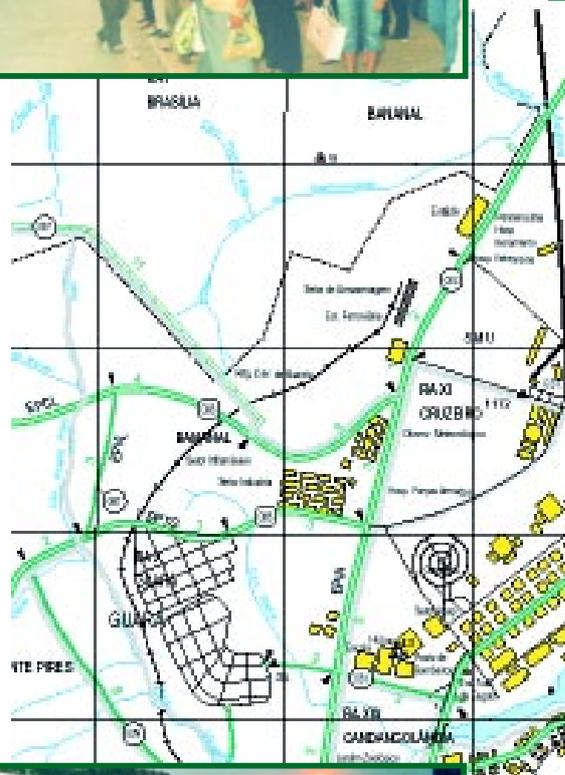
Este governo é um governo de disputa entre o patrimonialismo e a cidadania plena, não podemos imaginar que os mandatários desse país por séculos simplesmente abririam mão de seus postos para dar passagem aos oprimidos da sociedade. Precisamos arregaçar as mangas, afiar o discurso e mostrar que o movimento sindical ainda é pautado pelos trabalhadores.

*Diretora do Sinpro

Transporte público: o caos

Há mais de dez anos a imprensa noticia o caos em que se transformou o transporte público coletivo em Brasília. filas, do péssimo estado dos ônibus, da poluição, das vans irregulares, da falta de segurança e de pl

- **Frota de ônibus:** 2.313 unidades
- **Idade média:** sete anos e meio
- Mais da metade com **idade superior à permitida pela lei**
- 12 empresas de ônibus operam no DF
- Existem **691 vans** em linhas regulares
- Outras **838 vans** trafegam de forma irregular
- Para cada **456 moradores do DF** existe um **veículo informal**
- O número de carros **clandestinos é três vezes maior** que o de vans e duas vezes maior que o ônibus
- Brasília possui **800 mil automóveis** para pouco mais de dois milhões de habitantes
- Só no Plano Piloto são **500 mil carros/dia**
- As sete principais rodovias do DF despejam diariamente **300 mil veículos no Plano Piloto**
- Pouco mais de **50 mil carros** levam mais de uma pessoa no seu interior



'Organização Tabajara' funciona a pleno vapor

"A agonia do transporte público no DF" era o título de uma matéria do Correio Braziliense de 6 de junho de 1999. Na notícia, o jornal informava que a passagem de ônibus era "a segunda mais cara do país, as empresas reclamam que operam no prejuízo, os rodoviários reivindicam aumento salarial e os usuários reclamam insatisfeitos com o serviço".

Um modelo que agoniza há anos e que, segundo especialistas do setor, está esgotado.

À época, o então coordenador geral da Secretaria de Desenvolvimento do Ministério dos Transportes, Antônio Maurício Ferreira Netto afirmava que "as em-

presas não conseguem mais sobreviver apenas com a receita das tarifas e nem os passageiros suportam mais o aumento das passagens".

Os dados oficiais dão como certa a existência de 838 vans trafegando de forma irregular. Uma reportagem publicada na imprensa, entretanto, apontou a existência de 1,2 mil vans de condomínio irregulares em fevereiro deste ano. Segundo a procuradora dos Direitos do Cidadão, Ruth Kicis, de cada cinco vans de transporte público em condomínio, apenas três possuem permissão para circular nas ruas do DF.

Ela aponta um fenômeno que vem crescendo no chamado transporte alterna-

tivo: a clonagem de permissões, também chamadas de 'tabajaras', possível alusão às organizações do mesmo nome, do famoso programa de televisão Caseta & Planeta.

As principais áreas com incidência de clonagem são Taguatinga e Celândia. As vans clonadas copiam os adesivos das regulares e, assim, enganam a fiscalização. Por cerca de R\$ 1,5 mil a clonagem pode ser feita, inclusive à luz do dia.

Ainda assim, em operação de combate à pirataria cerca de 500 carros foram apreendidos, em clara demonstração que basta as autoridades agirem para coibir essas transgressões.

GDF promete um novo plano para novembro

Um dos caminhos para promover a integração do sistema de transporte público coletivo do DF é elaborar o Plano Diretor de Transportes Urbanos, conforme está previsto na Lei nº 3.229, de novembro de 2003. A afirmação é do secretário-adjunto de Transportes do DF, Januário Lourenço.

Segundo ele, a demora em fazer o Plano Diretor –

que não evoluiu durante todo o ano passado – se justifica em função da data em que foi aprovada a lei, que impossibilitou que as verbas fossem incluídas no orçamento de 2004. Ele garantiu que esse problema foi sanado e que o plano será concluído ainda este ano.

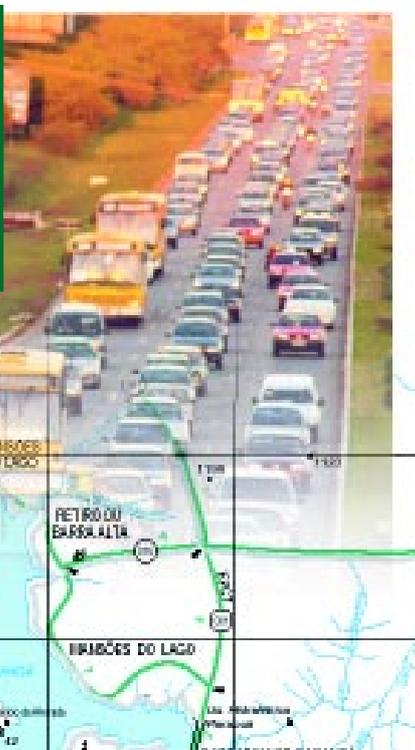
A própria Lei nº 3.229 definiu o prazo de entrega do Poder Executivo à Câmara Legislativa do plano

diretor num período improrrogável de dois anos, a partir de sua publicação, o que leva o prazo a vencer em novembro deste ano, a fim de que modo que os usuários vislumbrem uma nova realidade já a partir de 2006.

Ele informou ainda que está em andamento negociação com o Banco Interamericano para a construção de novos terminais e corredores de ônibus na W3.

o caos que beira a barbárie

público coletivo em Brasília. Rodoviários, parlamentares, empresários e principalmente os usuários reclamam das falhas de segurança e de planejamento que deixam a população a mercê de "piratas" do asfalto



Fim dos caos só depende de ações do GDF

A renovação da frota de ônibus, o combate aos piratas, o planejamento do trânsito e a implantação de um sistema integrado de transporte coletivo público são algumas das medidas que devem ser adotadas para resolver o caos em que se tornou o transporte coletivo no Distrito Federal. A conclusão é dos participantes do seminário "A crise no transporte público e suas consequências para o usuário", realizado na Câmara Legislativa no final de abril.

Segundo o diretor do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da UnB, professor José Matsuo Shimoi, o planejamento do transporte coletivo público deve partir da demanda existente, buscando adequar as tecnologias existentes. Ele criticou o GDF que

há mais de um ano comprometeu-se a implantar um Plano Diretor de Transporte e até agora não fez nada.

Para ele, é necessário um sistema integrado de transporte público, que permita aos usuários percorrer longos trechos pagando uma única tarifa. Diz, ainda, que os benefícios se refletem também na melhoria do trânsito da cidade, pois diminui o número de veículos coletivos circulando em um mesmo percurso. Ele destacou também a integração do metrô com os ônibus, pois sem ela o metrô "atende apenas à população que está num raio de 600 metros de cada estação".

Para o secretário nacional de Transporte e mobilidade Urbana do Ministério dos Transportes, José

Carlos Xavier, não há política pública nos municípios que priorize os transportes coletivos. A mobilidade está centrada no automóvel, "o que é insustentável", destacou.

Já os promotores de Justiça Vetuvel Martins Vasconcelos e Leonardo Gilbert, observaram que não há vontade política para resolver o problema do transporte público no DF. Eles criticaram os esforços em buscar recursos para o trem bala e asseguraram que, para evitar o "caos", poderão levar a questão aos tribunais, para que os gestores sejam punidos e para que haja respeito aos usuários.

Segundo Vetuvel, o Ministério Público está empenhado em identificar os "gargalos" do sistema público, com o objetivo de reverter o que ele chamou de "calamidade do transporte público".

Foi mais uma voz em defesa da urgência na elaboração de um Plano Diretor de Transporte: "ele deve ser implementado não só para atender às necessidades de hoje, mas também às futuras", completou.

O diretor do Instituto de Defesa do Consumidor Waldo Almeida de Souza afirmou que as principais reclamações sobre transporte são sobre a emissão de passes estudantis. Segundo ele, muitos estudantes denunciaram que as empresas de transporte coletivo fazem exigências absurdas para essa emissão, como por exemplo a comprovação de pagamento do IPTU e a apresentação de escritura do imóvel. Outras empresas se recusam a conceder passes aos alunos de pós-graduação ou supletivo, o que é ilegal.

João Osório: só a pressão pode modificar o quadro atual

O usuário hoje tem um sistema precário, enfrenta longas esperas e filas, além de pagar uma tarifa alta. Nós defendemos um sistema eficiente, integrado, com uma frota renovada, que tenha tarifas baratas. Para isso é necessária a pressão de todos nós, a fim de que o GDF cumpra sua função e elabore um Plano Diretor de Transporte que beneficie prioritariamente os usuários. A afirmação é do presidente da CUT-DF e do Sindicato dos Rodoviários, João Osório.

Segundo ele, a frota de ônibus do jeito que se encontra está fadada a



ve problema é o passe estudantil, atualmente em debate na Câmara Legislativa. Hoje, os estudantes têm 66% de desconto na passagem, mas assim como os idosos e deficientes físicos podem vir a ter 100% de gratuidade. É preciso que o sistema seja organizado, destacou, para que esse benefício também chegue de forma completa a eles.

Os rodoviários estão em campanha salarial, cujas principais reivindicações são reajuste salarial de 17,72%, renovação do acordo coletivo, com a garantia das atuais conquistas – inclusive a jornada de seis horas, renovação da frota dos ônibus, a criação de um sistema integrado de transporte e um plano de saúde, tema que pode ser fruto de debate e ações comuns com os professores, que também estão nessa luta.

Os rodoviários reunidos em assembleia resolveram aceitar solicitação do Ministério Público e dar uma trégua na campanha salarial até o dia 23 de maio, período em que o ministério pretende envolver o GDF nas negociações. Em contrapartida, os empresários pagaram o ticket e a cesta básica da categoria, o que é uma vitória dos trabalhadores nesse primeiro round da campanha salarial deste ano.

parar, devido principalmente ao alto custo de manutenção dos ônibus, cuja idade média beira os 8,5 anos. Os empresários têm que renovar a frota – e não há empresário que não queira investir – mas para tanto é preciso que o GDF faça a sua parte, ou seja, organize o sistema de transporte, já que o existente está a beira da falência.

Ele lembrou que governo do DF assumiu o compromisso de realizar um plano diretor, mas até o momento não fez nada, daí o caos em que se encontra o sistema de transporte público.

O presidente da CUT disse ainda que outro gra-

Nós defendemos um sistema eficiente, integrado, com uma frota renovada, que tenha tarifas baratas.

Entrevistas

Justiça reintegra ex-diretor da FEDF demitido arbitrariamente

No dia 17 de dezembro do ano passado o governador Joaquim Roriz, por determinação judicial, reintegrou aos quadros da Secretaria de Educação o ex-diretor da extinta FEDF (Fundação Educacional do Distrito Federal), Jacy Peninha. Acabou assim uma bem urdida farsa montada pelo atual governo durante a campanha eleitoral de 2002, com o objetivo de desacreditar o governo Cristovam.



Atualmente coordenando o projeto de cooperação Brasil-África para os países de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, Peninha, que esteve recentemente em Brasília, conta como se deu todo o processo que culminou com sua demissão e fala sobre a emoção de percorrer os caminhos de Paulo Freire no continente africano.

Quadro Negro – O que levou o GDF a abrir processo contra você?

Jacy Peninha – Para entender o que aconteceu, precisamos voltar no tempo, em 97. Quando dirigia a FEDF, contratamos por duas vezes consecutivas espetáculos circenses, com a paz como pano de fundo, porque havia uma campanha pela paz, pelo desarmamento. Em 98, um ano eleitoral, os espetáculos aconteceram no primeiro semestre. Em outubro perdemos a eleição.

No dia 25 de outubro, logo após o segundo turno, recebemos a informação de que os processos relativos

aos espetáculos tinham desaparecido da FEDF. O projeto, com as notas fiscais de pagamento e tudo o mais. Imediatamente abrimos investigação para apurar o desaparecimento. Com pouco mais de 40 dias para deixar o governo, autorizei diversos pagamentos, inclusive o destes espetáculos, além de obras nas escolas, fornecedores de merenda etc.

Curiosamente, o processo "reaparece" em fevereiro de 99, mutilado, e com base nisso instauram um processo de apuração de responsabilidade sobre os pagamentos feitos em 98. Em 2001 conseguimos au-

lar o processo que havia sido conduzido de maneira irregular, até porque como tinha sido diretor da Fundação, deveria ser investigado pela Procuradoria do DF. A investigação da Procuradoria apura que houve erro administrativo e determina que devo ser punido com dois meses de suspensão de salário. Os procuradores justificam a decisão, lembrando que em 17 anos de fundação não havia respondido a processo administrativo, que não havia nada que comprovasse má-fé ou que desabonasse minha conduta durante os dois anos e meio em que dirigi a FEDF. Eu administrava recursos que correspondiam a 25% do orçamento do GDF e ninguém poderá dizer que tirei um parafuso sequer do patrimônio da Fundação.

Quadro Negro – Mas se a punição recomendada pelo MP era dois meses de corte de salário, por que você foi demitido?

Jacy – O governador, ao receber o processo, acata a decisão do Ministério Público, mas agrava a pena, para demissão "a bem do serviço público". Era 2002, o processo ganha ingredientes políticos, por conta da disputa eleitoral. A suposta

irregularidade cometida por um colaborador do Cristovam, ganha manchete de primeira página dos jornais. Era isso que eles queriam. Nessa época eu já estava na África e ficou tão clara a armação política que um dos jornais disse que eu havia "fugido" para Moçambique e a única pessoa que me lembro de ter aventado a possibilidade ir para aquele país e não para São Tomé e Príncipe, foi a então secretária Maristela Neves.

S o m e n t e agora, em 2004, o pleno do Tribunal de Justiça do DF delibera pela anulação do processo, criticando o rito sumário, e determinando, em 17 de dezembro, que o governador me reintegre aos quadros da Secretaria de Educação. Espero que nas mesmas condições de quando fui demitido, ou seja, com licença sem vencimento até dezembro de 2005. Demorei, mas conseguimos desmontar a farsa. Irei agora buscar reparar os danos à minha honra e buscar direito de resposta na imprensa.

Quadro Negro – Como você foi parar na

África?

Jacy – Estar na África tem tudo a ver com ter estado no governo Cristovam, é resultado de um processo que a gente vem trabalhando desde a primeira campanha dele, que é a bolsa escola, um projeto bem sucedido em Brasília, implantado no país inteiro e que repercutiu no mundo. Por conta disso, acabei convidado pela Agência Brasileira de Cooperação, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores para trabalhar no projeto de implantação da bolsa escola em São Tomé e

Príncipe durante seis meses, que depois viraram um ano. Ainda no governo FHC foram incorporados projetos de alfabetização, de combate à Aids.

No governo atual essa cooperação ficou maior, porque o Brasil começou a enxergar a África de maneira diferente. Começamos a ver que mesmo sendo um país pobre, podemos ajudar em muito em transferência de tecnologia, know how, capacitação, conhecimentos em áreas tão díspares quanto prospecção de petróleo em águas pro-

fundas a técnicas agrícolas. Não apenas em São Tomé, mas em Angola, Cabo Verde.

Quadro Negro – Como é a experiência de viver e trabalhar lá?

Jacy – Tem sido bastante enriquecedora, profissionalmente e pessoalmente. Fico ainda mais emocionado quando sei que estou percorrendo os mesmos caminhos percorridos por Paulo Freire, que viveu algum tempo em São Tomé. Conheço pessoas que conviveram com ele, que contam como foi o desenvolvimento do seu método no país. Para qualquer educador isso tem um significado histórico sem precedentes.

Também me emociona ver a força de um povo como o angolano, cheio de vontade de reconstruir um país arrebatado pela guerra. Acredito que toda a civilização ocidental tem uma dívida com a África. Como disse um dos grandes escritores moçambicanos, Mia Couto, o Brasil precisa deixar de enxergar a África de maneira exótica, a partir dos filmes de Tarzan. Lá tem selva, sim, tem elefante, mas também tem também uma proximidade muito grande com o Brasil, por terem ajudado inclusive a constituir a nossa cultura.

Conseguimos desmontar a farsa. Agora, vou buscar reparar os danos à minha honra

Dia a dia

Esclarecimentos sobre o Pasep

Foi difundida a informação de que os professores teriam direito à correção de 42,72% (Plano Verão) e 44,80% (Plano Collor) no Pasep. Mas de acordo com decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), a pretensão de correção do Pasep está prescrita desde 1994 (Plano Verão) e 1995 (Plano Collor). Contudo, essa decisão do STJ não encerrou definitivamente a questão, pois o processo foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O Supremo pode entender que o prazo para a prescrição do Pasep seja o mesmo do FGTS, ou seja, 30 anos. O problema é que aqueles que ajuizarem ações antes da jurisprudência do STF e tiverem seus processos extintos não poderão ajuizar novo processo e ficarão excluídos da correção. Por isso a assessoria jurídica do Sinpro orienta que, para que os professores tenham resguardado um eventual direito à correção do Pasep, não deverão ajuizar ações neste momento.

Escolas particulares: negociações continuam

O Sinpro iniciou as negociações com o Sindepes (Sindicato dos Estabelecimentos Particulares do Ensino Superior) no último dia 29. Na primeira rodada de negociação, o sindicato patronal propôs manter as cláusulas da convenção anterior e conceder uma reposição de 5%. O Sinpro argumentou que essa proposta é insuficiente, pois a inflação do período ultrapassou os 6%.

Em nova rodada de negociação, o Sindepes propôs 6% mais a manutenção das cláusulas. O Sinpro acredita que os lu-

cos auferidos pelas faculdades justificam a concessão de um ganho real e defenderam ainda que a pauta de reivindicações seja discutida, para que se possa avançar nas cláusulas sociais e de condições de trabalho. Os donos de escolas se comprometeram a analisar a pauta e dar uma posição brevemente.

Já o Sinepe – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino está dificultando a negociação. Até o momento só houve uma rodada, e os patrões querem retirar a conquista da hora/atividade e não querem conceder o reajuste real de salário.

Secretaria de Assuntos Culturais

A Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro tem como projeto valorizar a arte como manifestação cultural, com objetivo de promover a cidadania e desenvolver habilidades artísticas, políticas e intelectuais. Com isso, pretende buscar maior aproximação com a comunidade, visando o desenvolvimento do potencial po-

lítico, artístico e cultural.

Nesse sentido, a secretaria promoverá eventos tais como saraus, o Baile do Professor, atividades de rua, exposições, shows, produção de um CD e de um livro de poesia em forma de coletânea de artistas da categoria e parcerias com outras entidades, tais como sindicatos, rádios-comunidades etc.

O cronograma de ventos é o seguinte:

Sarau – mensal, todas as segundas sextas-feiras do mês

Baile do Professor – no mês de outubro, na semana do Professor

Atividades nas praças – Sinpro nas Praças – bimestral, a partir de março

Dia Internacional da Mulher – um evento cultural no Dia Oito de Março

Semana da Consciência negra – um evento no mês de novembro

Salão das Artes e Lançamento do CD e livro de poesia – exposição de artistas plásticos da categoria e entidades, em parceria. Evento anual, previsto para novembro.

Mais informações no Sinpro com os diretores responsáveis pela Secretaria de Assuntos Culturais: Francisco Joaquim Alves, coordenador; Cláudia de Oliveira Bullos e Marco Aurélio G. Rodrigues.

IV Arraiá do Sinpro será no dia 11 de junho

Marque na sua agenda: no próximo dia 11 acontecerá o IV Arraiá do Sinpro. Você não pode perder este arrasta-pé, que terá a animação do grupo Sivuinquinha de Brasília e os Compadres do Nordeste, com barracas, comidas típicas, bingos e brincadeiras. A festa começa às 19h30 na Chácara do Professor e vai até onde sua alegria quiser! Venha forrozar com a gente!

Quadrilha animará a Festa Junina do Sinpro

Para animar ainda mais a nossa festa sortearmos, na próxima assembléia, no dia 17 de maio, a quadrilha de uma escola pública para se apresentar no local. Se você tem interesse em inscrever sua escola, procure o Sinpro, ou se inscreva no momento da Assembléia.

Brasília Urgente muda de emissora

O Programa Brasília Urgente agora é veiculado pela TV Brasília (Canal 6). O horário permanece o mesmo, 13h, assim como os dias em que o Sinpro tem um espaço no programa: às quartas e sextas-feiras. Para agendar alguma par-

ticipação, os professores devem entrar em contato com o Sinpro, pelo telefone 218-5630, e falar com a Lene.

Assista e participe! Esse espaço é seu, professor!

Educação

Eurides Brito deixa a CPI da Educação

Transporte de estudantes é alvo de investigação na Câmara

As investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação estão constatando as irregularidades no processo de licitação para transporte de estudantes das escolas públicas. No último dia 29 a ex-secretária de educação e deputada distrital Eurides Brito, deixou a CPI se declarando impedida de participar. Ela afirmou ter tomado tal decisão depois "de profunda reflexão, em que avaliou que os integrantes da CPI atuam com os poderes dos magistrados, e, como eles, tinha o direito de se dar por impedida".

Para o deputado Paulo Tadeu, a saída de Eurides da CPI tira da comissão a

aura de conflito. "Havia, por conta da participação dela, um desgaste na CPI, já que ela foi citada em depoimento. Agora, isso já não existe", afirmou o distrital.

No depoimento feito à CPI, em 12 de abril, Achilles informou ter sido convidado pela deputada para um almoço no restaurante do Torre Palace Hotel, em data que não soube precisar (entre 5 e 30 de junho de 2003), durante o qual lhe pediu para inabilitar a Esave na licitação para transporte escolar da Secretaria, alegando que a empresa não contribuía para a campanha eleitoral dela e do governador.

No último dia 6 de maio

depois de cinco horas de depoimento, a CPI decidiu quebrar o sigilo bancário do servidor Jairo Pereira Martins, que depôs os integrantes da comissão, no Plenário da Câmara Legislativa. Jairo foi o responsável pela consulta de preços da licitação de 2003, em que a Esave e outras três empresas foram desabilitadas e a Moura Transportes foi vencedora.

Foram ouvidos além de Jairo Martins, os servidores José Pereira Coelho e Edson Manoel da Conceição dos Santos. Os três integraram a Comissão de Licitação da Secretaria de Educação em 2003. Antônio Ferrei-

ra César, que também foi convocado, pediu adiamento do seu depoimento por carta, alegando estar ausente por motivo de morte na família.

Edson Santos, ex-integrante da comissão de licitação, confirmou depoimento de Achilles Santana de que houve arrombamento no armário onde estavam as propostas de preços de uma licitação em 1999. Santos também confirmou que Eurides Brito, então secretária de Educação, disse a Achilles para que todos esquecessem que o armário foi encontrado arrombado.

Professoras gestantes deram o exemplo

A concessão da licença-prêmio é um direito de todos os professores que tem sido negado pelo governo Roriz e pelo qual insistentemente lutamos. Em nossa própria categoria temos um exemplo que nos ensina o caminho da vitória. Referimo-nos à luta das professoras gestantes, que ao longo do ano passado, atendendo ao chamado do Sinpro, se mobilizaram para terem o direito de usufruir da licença-prêmio após a gestação. Com os recém-nascidos nos braços, ou mesmo gestantes, elas não ficaram esperando e foram à luta: ocuparam por duas vezes o gabinete da secretária de Educação, ocuparam a Câmara Legislativa, conversaram com os deputados distritais, fizeram atos e manifestações.

O resultado foi que re-



Gestantes ocuparam a Secretaria de Educação

cebemos o apoio dos deputados, e, graças a uma emenda apresentada pelo deputado Paulo Tadeu (PT-DF), encampada pela bancada do PT, a um projeto do Executivo local que tratava de licenças, conseguimos garantir para a professora gestante o direito de tirar a li-

cença-prêmio no período subsequente à licença-maternidade (lei nº 3494/05). O governador Joaquim Roriz vetou a emenda, mas os deputados distritais, conscientes dos direitos dos professores, derrubaram o veto.

Se estivessem esperando de braços cruzados,

com certeza elas não teriam conquistado o direito ao benefício. Esse é um exemplo a ser seguido. Precisamos fazer com que a licença-prêmio seja estendida a todos os professores. As carências de professores das escolas públicas não podem justificar a perda deste direito. Devem sim ser creditadas à falta de planejamento do GDF, que se recusa a contratar os concursados e se organizar adequadamente.

Parabéns, bravas professoras! Nosso agradecimento por mostrarem que uma realidade adversa só se muda com muita vontade de lutar. Mirem-se no exemplo dessas mulheres!

Tião Honório e Raimundinho
Diretores do Sinpro

Saúde

Sobre o nosso Plano de Saúde

Uma conquista da última greve dos professores foi o compromisso, por escrito, de que o GDF apresentará até setembro um projeto de plano de saúde, que entrará em funcionamento a partir de 1º de janeiro. A efetivação dessa proposta representará um ganho muito importante para a nossa categoria, que ganha pouco e tem grandes gastos com saúde. Como conseguimos colocar esta questão em pauta e agora temos um documento assinado pelo governo com a data de sua implementação, o debate agora é sobre que modelo de assistência à saúde devemos reivindicar.

Estão surgindo várias propostas, entre elas o lobby das empresas privadas de plano de saúde e associações, muitas delas falidas, propondo que o GDF terceirize a assistên-

cia à saúde dos servidores. Na minha opinião devemos combater esta ideia de terceirização para que empresas privadas (inclusive o Mutmed da Asefe) nos atendam. Onde este modelo foi implementado falhou por que as empresas não têm controle e só visam o lucro. Sou contra essa proposta uma vez que conheço muitos professores que pagam planos de saúde e, quando precisam, não são atendidos.

O desafio é construir um modelo de plano de saúde que combine credibilidade, solidez, custo baixo e qualidade de serviço. Acredito que a melhor proposta é o governo criar um órgão dentro da estrutura pública, de auto-gestão, com administração compartilhada entre governo e trabalhadores, autonomia financeira e administrativa, com os be-

nefícios fiscais de uma empresa pública, que seja financiado pelo governo e que possa atender aos servidores e seus dependentes legais. Um plano de saúde para os servidores do GDF com capacidade de cobrir 400 mil vidas, tornando-se uma potência capaz de impor preços reduzidos aos médicos e hospitais prestadores de serviço. Outro ponto positivo dessa proposta é que sendo o plano uma autarquia pública não terá fins lucrativos, necessidade de gasto com propaganda, além de ter a garantia de que os prestadores de serviços receberão em dia suas faturas. Todos esses aspectos contribuem para a redução de custos.

Uma outra preocupação é com a transparência. Uma autarquia pública está sujeita a fiscalização do Tribunal de Contas, Ministério

Público e do poder Legislativo. Como exemplo que funciona assim cito o Ipasgo de Goiás, que talvez seja o modelo mais avançado de assistência à saúde de servidores. Porém uma diferença entre a nossa proposta e o Ipasgo é a forma de financiamento.

Por fim, é bom reafirmar que nessa negociação com o GDF não podemos deixar de fora os aposentados e pensionistas e os professores que moram em cidades do Entorno do DF. Com mobilização e pressão certamente garantiremos esta vitória.

Washington Dourado
Coordenador da Secretaria de Saúde do Trabalhador

Denúncias, reclamações ou sugestões favor enviar para o e-mail: sau@sinprodf.org.br

Permutas

Nome: Claudia Bastos da Cruz
Disciplina: Atividades
Escola: EC 53 de Taguatinga
Permuta para: Taguatinga (próximo a Sandu – Comercial)
Telefone: 336.7931/9907.2080

Nome: Elizabeth Oliveira
Disciplina: Atividades
Escola: EC 501 de Samambaia
Permuta para: Setor P Sul
Telefone: 376.1656

Nome: Savia Maria Caldas Silva
Disciplina: Atividades
Escola: EC 410 Sul
Permuta para: Guará
Telefone: 356.6480/9984.9575

Nome: Ester de Almeida Lima
Disciplina: Atividades
Escola: CEE 215 Santa Maria
Permuta para: Plano Piloto/Cruzeiro
Telefone: 361.8486/9649.7137/394.8857

Nome: Joelma Silva de Oliveira
Disciplina: Geografia (jornada ampliada)
Escola: CE 02 Paranoá
Permuta para: Planaltina ou Sobradinho
Telefone: 9631.3466

Nome: Jaime Moura Passos Filho
Disciplina: Filosofia
Escola: CE Paulo Freire (20 h matutino)
Permuta para: 20 h vespertino em qualquer escola do Plano Piloto e Sobradinho 20 h matutino
Telefone: 591.0291

Nome: Aúrea Nunes Pinheiro da Silva
Disciplina: Artes Plásticas (40 h vespertino)
Escola: CEF 306 recanto das Emas
Permuta para: Guará
Telefone: 568.5796/9284.2257

Nome: Luciene Figueiró Marques
Disciplina: atividades (Educação Infantil)
Escola: EC 307 Samambaia (40 h)
Permuta para: Reduzir somente 20 h (Samambaia)
Telefone: 358.9071/9961.3850

Nome: Assunção de Maria Barbosa
Disciplina: Atividades
Escola: EC 06 do Guará (Regência no matutino 40 h)
Permuta para: Samambaia
Telefone: 383.1787

Nome: Rosemary Francisca da Silveira
Disciplina: História
Escola: CEF 04 de Brasília
Permuta para: Plano Piloto/Cand./N.B./Guará
Com professor de jornada ampliada
Telefone: 363.2721

Nome: Denise Regina C S Oliveira
Disciplina: Atividades
Escola: CED Taquara Planaltina
Permuta para: Sobradinho (zona rural)
Telefone: 631.6540

Nome: Lucélio Oliveira Fernandes
Disciplina: Física 40 h
Escola: Setor Oeste Plano Piloto
Permuta para: Guará ou Taguatinga
Telefone: 383.3052/8402.5863

Nome: Patrícia de O Silva
Disciplina: Atividades 40 h – Vespertino
Escola: EC 01 Vila Estrutural
Permuta para: Guará, Taguatinga ou P. Piloto, 20 h noturno.
Telefone: 567.1057

Nome: Luciene Araújo
Disciplina: Atividades 40 h
Escola: CEF Santos Dumont (Sítio do Gama)
Permuta para: Cruzeiro, Guará, P. Piloto, N.B., Candangolândia
Telefone: 9987.4379

Nome: Amélia Gomes
Disciplina: Atividades – 40 h
Escola: EC 02 do Guará
Permuta para: Plano Piloto
Telefone: 9222.6028

Nome: Renato
Disciplina: História – 20 h – Vespertino
Escola: CEF 504 Samambaia
Permuta para: Samambaia, Taguatinga, Ceilândia ou P. Piloto, no turno matutino.
Telefone: 8119.2191 e 336.0169

Nome: Sandra Cristina F Barreto
Disciplina: Atividades
Escola: EC 01 da Candangolândia
Permuta para: Cruzeiro Novo e Velho, Octogonal
Telefone: 234.4641/9676.8156

Nome: Rute N A de Oliveira
Disciplina: Atividades
Escola: CEF Santos Dumont (antigo Sítio do Gama)
Permuta para: Guará, Cruzeiro, N.B. e P. Piloto
Telefone: 394.9122/9696.0780/394.9001

Nome: Laiz Garcia Cândido
Disciplina: Atividades - 40 h
Escola: DRE Gama
Permuta para: DRE P. Piloto, Guará, N.B.
Telefone: 9645.9725

Nome: Paulo Henrique M Costa
Disciplina: Línguas Portuguesa e Inglesa (somente ensino médio) 40 h – jornada ampliada, de preferência a regência no matutino.
Escola: CEF 05 de Brasília – 408 Sul (7º e 8º)
Permuta para: Plano Piloto (ensino médio)
Telefone: 233.7783/9975.5630 e 9975.8902(recado)

Governo vai estudar conversão da dívida

Pressão dos trabalhadores faz governo admitir trocar parte da dívida externa por investimentos em educação

O governo vai estabelecer uma agenda para estudar, em conjunto com os trabalhadores em educação, formas de viabilizar a conversão da dívida externa em recursos para a educação. A decisão foi tomada no dia 27 de abril em reunião no Palácio do Planalto entre o presidente da CNTE, Juçara Dutra Vieira; e os ministros da Educação, Tarso Genro; da Casa Civil, José Dirceu, e da Coordenação Político, Aldo Rebelo. O governo atende assim à reivindicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que em janeiro lançou o Movimento pela Conversão da Dívida.

Durante o encontro, realizado enquanto milhares de trabalhadores em educação marchavam na Esplanada dos Ministérios, Genro elogiou a iniciativa da CNTE e disse que os movimentos sociais são de fun-

damental importância para que o Movimento pela Conversão da Dívida alcance seu objetivo. Dirceu, por sua vez, disse que a PEC que cria o Fundeb, fundo que, ao contrário do Fundef, restrito ao Ensino Fundamental, engloba toda a Educação Básica, é prioridade dentro do governo. "Nosso objetivo é fazer com que seja votada ainda este ano", disse.

Segundo Tarso Genro, a intenção do MEC é negociar com as agências credoras algo em torno de US\$ 6 bilhões. A solução técnica deve ser apresentada em conferência na Espanha, no fim do ano.

O MEC faz os estudos no momento em que o governo anuncia recursos de cerca de R\$ 4,5 bilhões para adotar o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb).

Na opinião da direção da CNTE, a decisão palaciana é uma vitória dos edu-

cadores. Trata-se, porém, de uma vitória inicial, da primeira batalha de uma guerra. Os educadores têm o dever de manter e intensificar as mobilizações. A luta pela conversão da dívida é uma maneira de resgatar a participação da sociedade nas grandes decisões nacionais.

Além do espetáculo de participação popular visto, dia 27, na Esplanada dos Ministérios, o que se viu por todo o país foram milhares de trabalhadores em educação ativamente engajados nas diversas atividades da 6ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, durante a qual debateram com a sociedade em geral e com o poder público em particular temas essenciais para a construção de uma sociedade atendida por um modelo de educação pública nos moldes preconizados pela CNTE.



Pressão organizada pela CNTE na Esplanada contou com milhares de professores

Entidades se mobilizam por reforma do ensino superior

O Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Reforma do Ensino Superior reuniu estudantes secundaristas e universitários em Brasília no dia 6 de abril. Depois de percorrer alguns pontos da cidade, eles fizeram um ato na Universidade de Brasília (UnB), em resposta ao que consideraram reação ofensiva dos setores conservadores contrários à reforma universitária.

O diretor regional da UNE-DF, Leandro Cerqueira, defende a iniciativa do Ministério da Educação. "É papel do governo regulamentar e controlar a qualidade do ensino superior brasileiro", disse. "O anteprojeto do MEC melhora a qualidade do ensino e vai ao encontro dos interesses dos setores populares, além de atender reivindicações do movimento estudantil."

Para Cláudia Maya, aluna de pedagogia da UnB, a

aprovação da reforma significa a democratização da universidade. "Devemos lutar para a universidade ser para todos, não só de uma elite. É importante assegurar a reserva de vagas para dar chance aos estudantes de escolas públicas e possibilitar o acesso ao estudante da periferia", disse.

"As manifestações visam se contrapor à reação conservadora ao projeto, sobretudo daqueles setores ligados ao ensino privado, que no momento buscam garantir a manutenção de seus privilégios em detrimento do sentido regulatório expresso no anteprojeto de reforma", explica o presidente da UNE, Gustavo Petta.

Na opinião de Petta, o governo avançou na questão das universidades particulares com a proposta de reforma, mas algumas questões importantes ainda

carecem de definição. A UNE defende, por exemplo, a expansão de vagas públicas nos períodos noturnos; a criação de um plano nacional de assistência estudantil e de uma nova lei de mensalidades.

A entidade propõe, também, a realização de uma conferência nacional de educação; eleições diretas para reitor, com paridade nos conselhos das universidades, e reserva de 50% de vagas, por curso e por turno, para estudantes oriundos das escolas públicas, com cotas para afrodescendentes e indígenas, de acordo com os índices do IBGE para a região.

Outra reivindicação é a subvinculação de 75% das verbas para as universidades federais. A UNE pede, ainda, que o pagamento dos inativos seja desvinculado dos recursos da educação.

Dívida externa passa dos R\$ 500 bi

O Brasil tem, hoje, uma dívida externa de R\$ 545 bilhões frente a um volume de R\$ 28 bilhões alocados no Fundef. Já a dívida pública interna aproxima-se de R\$ 1 trilhão. O Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira recomenda um investimento de, pelo menos, 10% do Produto Interno Bruto a fim de proporcionar a todos uma educação pública e gratuita de qualidade, o que, hoje, seria cerca de R\$ 180 bilhões.

A presidente da Confederação dos Trabalhadores em Educação Juçara Dutra, criticou a política econômica do governo, que, segun-

do ela, prioriza o pagamento da dívida externa e não o investimento em educação. Reclamou da falta de uma agenda governamental para a educação pública.

A proposta de conversão partiu dos ministros da educação durante a Conferência Ibero-americana de Educação, realizada na Bolívia em 2003. O que anima é a recente decisão da Espanha de perdoar cerca de US\$ 62 milhões da dívida argentina, desde que o governo argentino os aplique em educação. Membros do Fundo Monetário Internacional e do

Banco Mundial disseram apoiar a ideia de transformar em investimentos os gastos com educação e saúde. O Equador já recebeu aval para converter 50 milhões de dólares (cerca de R\$ 130 milhões).

Em julho deste ano, a Espanha realizará uma reunião sobre o tema, para a qual foram convidados o Brasil, Argentina, Chile e Nicarágua. A Unesco também deve discutir a proposta em sua próxima Conferência Geral, em Paris, quando representantes dos governos de 191 países estarão reunidos.

Projetos Pedagógicos

Insensibilidade do governo leva projeto à extinção

Mesmo com toda a violência a que estão sujeitos os adolescentes de Planaltina, do noticiário revelando a tragédia de jovens se matando em banais acertos de contas, a Secretaria de Educação decidiu não mais ceder professores para atender aos alunos do Projeto Gaivotas.

Desde 1996 o projeto Gaivotas atende a adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. "Buscamos levá-los à construção de projetos de vida. Neste tempo conseguimos promover um número significativo de adolescentes à condição de cidadãos", entende a professora Valéria Regina, uma das coordenadoras dos trabalhos, que até o ano passado envolvia apenas cinco professores e atendiam a uma média anual de 60 a 80 pessoas.

O projeto promovia oficinas pedagógicas, de música, de artes visuais. Os meninos tinham aulas de educação física, português,



Projeto Gaivotas atende crianças em situação de risco

inglês e informática. Os alunos são encaminhados pelo conselho tutelar. Os pais também são chamados a interagir e participam de palestras e debates.

Desmobilização

Primeiro o GDF retirou a cota de merenda escolar, depois a Gate dos educadores que trabalhavam no projeto. Finalmente agora, alegando carência de professores, o GDF pediu a devolução dos educadores.

Segundo Israel Colonna, que atualmente coordena o projeto, os

professores e alguns voluntários da causa conseguiram criar uma Ocip (Organização Civil de Interesse Público) para tentar dar continuidade ao projeto, buscando parcerias fora do governo local. "Infelizmente não podemos nos dedicar como deveríamos, pois temos outras turmas. Mas não desistiremos, porque sabemos o potencial transformador do trabalho que desenvolvemos diante de violência que está aí", afirmou ele. Mais informações com o professor Israel: 388-1493

Família dentro da escola

"Família presente é um presente". O nome do projeto desenvolvido ano passado pelos professores da Escola Classe 17 da Ceilândia traduz bem o espírito da proposta: fazer com que os pais e demais membros familiares se "apropriem" do espaço escolar, doando parte do seu tempo, e "presenteando" os alunos e outros pais com o ensinamento de suas experiências e habilidades.

A ideia inicial partiu da professora Patrícia Nazário, ao observar que os pais dos alunos do ensino especial muitas vezes ficavam na escola, com vontade de ajudar, mas sem saber como. Após uma reunião com os pais e uma pesquisa a respeito de suas habilidades e interesses, iniciaram o trabalho com o livro "Um Amor de Família" do escritor Ziraldo, que discorre sobre os diferentes tipos e modelos de família. "Passamos a convidar os pais para contar histórias voltadas para o contexto familiar, promovemos palestras sobre saúde da mu-



Projeto integra a comunidade escolar na Ceilândia

lher, funcionamento do conselho tutelar, psicologia infantil, violência doméstica, enfim, questões que estão no dia a dia da comunidade escolar", relembra Patrícia. Algumas mães se ofereceram para dar aulas de bordado e a trabalhar com vidros reciclados.

Valdinei de Souza, outra professora envolvida com o projeto, constata a mudança no ambiente escolar: "os pais estavam mais felizes, mais integrados à rotina da escola. Isso se refletiu no desempenho dos alunos e na auto-estima deles".

A culminância do projeto foi um dia de lazer em

uma chácara, com os pais, os alunos, os professores, com exposição de trabalhos, sorteios e brincadeiras.

Neste ano os professores pretendem ampliar o número de turmas envolvidas, se possível para as 32 turmas do horário vespertino. O livro base para o início dos trabalhos será "O livro da família", de Toddy, que aborda aspectos da convivência familiar, e toca em temas como a adoção, as diferenças e a morte.

Segundo Patrícia, o cronograma das atividades será montado após discussão com os pais e demais professores.